

Finanças  
19.6.52

*Requerimento*

República dos Estados Unidos do Brasil

Comissão de Finanças e Orçamento  
D. S. O.  
DATA 19 52  
P. G. O. 143



Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

Protocolo n.º 379

Ofício nº 145, de 52 (Senado Federal) Encaminha autógrafo do Projeto de Lei do Senado, nº 24/50, que concede auxílio de R\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Souza.

DESPACHO:

*A Legação de Comissões em 12/2/52*

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. *Dep. José Bonifácio* 18/2/52, em 1952  
O Presidente da Comissão de *Justiça*
- Ao Sr. *Daniel de Carvalho* 22/2/52, em 1952  
O Presidente da Comissão de *Justiça*
- Ao Sr. *Dep. José Bonifácio* 23/6/52, em 1952  
O Presidente da Comissão de *Justiça*
- Ao Sr. *Dep. Lauro Lopes - relator do Vencido*, em 1952  
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 1952  
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 1952  
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 1952  
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 1952  
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 1952  
O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 1665 DE 1952



# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única.....

Discussão inicial.....

Discussão final.....

Redação final.....

Remessa ao Senado.....

Emendas do Senado aprovadas em..... de ..... de 19.....

Sancionado em..... de ..... de 19.....

Promulgado em..... de ..... de 19.....

Vetado em..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Lote: 29  
Caixa: 80

PL N.º 1665/1952

1





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Diretoria dos Serviços Legislativos  
Secção do Expediente

Feito o respectivo expediente  
em **PROJETO** de 19\_\_\_\_,  
por officio sob N.º \_\_\_\_\_  
N.º 1.665-A — 1952  
Secretaria da Câmara dos Deputados,

Concede auxílio de ~~Cr\$ 500.000,00~~ à ~~União dos Lavradores~~ de Vala do Sousa, para construção e instalação de um posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural; ~~com parecer da Comissão de Constituição e Justiça que opina pela sua constitucionalidade e parecer contrário da Comissão de Finanças, com veto vencido do Sr. José Bonifácio~~

(Do Senado)

**PROJETO N.º 1.665-52 A QUE SE REFEREM OS PARECERES**

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros) concedido como auxílio à União dos Lavradores de Vala do Sousa, no Distrito de Vala do Sousa, do Município de Alegre Estado do Espírito Santo, para a construção de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, bem como para a aquisição de materiais destinados à instalação das respectivas sedes, de uma oficina de reparos, e de máquinas agrícolas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1952. — João Café Filho. — Vespasiano Martins. — Hamilton Nogueira.

**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

O projeto n.º 1.665, de 1951, iriginiário do Senado, concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 a União dos Lavrado-

res de Vala do Souza para construção e instalação de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural e aquisições necessárias a esse fim.

A Comissão de Justiça do Senado já se pronunciou sobre a constitucionalidade e o Sr. Aluizio de Castro não declarou a razão porque pediu a audiência desta Comissão.

Parece não haver dúvidas no projeto sobre o aspecto constitucional.

Sala Afrânio de Melo Franco, 17 de junho de 1952. — Castilho Cabral, Presidente. — Daniel de Carvalho, Relator. — Tarso Dutra. — Godoy Ilha. — Jarbas Maranhão. — Plácido Olympio. — Alberto Bottino. — Achilles Mincaronne. — Antonio Balbino. — Tancredo Neves. — Lucio Bittencourt. — Ulisses Guimarães.

**PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS**

**RELATÓRIO**

A Comissão de Finanças tem incondicionalmente decidido que a concessão de auxílios a instituições particulares constitui matéria a ser apreciada por ocasião da elaboração orçamentária, com os recursos que a Lei de Auxílios, votada recentemente pelo

*Discussão única*



Congresso Nacional, faculta, não sendo aconselhável a abertura de créditos especiais com tal finalidade.

Nessa conformidade opina pela rejeição do Projeto em estudo, oriundo do Senado Federal.

Sala Antonio Carlos, em 13 de novembro de 1952. — *Lauro Lopes*, Relator vencido.

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças opina pela rejeição do Projeto n.º 1.665, de 1952.

Sala Antonio Carlos, em 13 de novembro de 1952. — *Paulo Sarasate*, Presidente; *Lauro Lopes*, Relator. — *Parsifal Barroso*. — *Janduhy Carneiro*. — *Carlos Luz*. — *Lameira Bittencourt*. — *Freitas Cavalcanti*. — *Alvaro Castelo*, — vencido. — *Rui Ramos*. — *Rafael Cincurá*.

VOTO VENCIDO DO SR.  
JOSE' BONIFACIO

#### RELATÓRIO

O projeto número 1.665 que concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Souza, procede do Senado, onde teve origem.

Em abril do corrente ano, foi-me distribuído a mim. Depois de estudar o assunto, emiti parecer no sentido de ser o mesmo aprovado.

O nobre deputado Aloísio de Castro, entretanto, entendeu que o projeto é inconstitucional, de vez que o Senado não pode ter a iniciativa de proposição que importem em despesas. Ficou então deliberado que o processo fosse remetido à Comissão de Justiça para ser apreciado sob o aspecto jurídico.

Na Comissão de Justiça relatou a matéria o douto deputado Daniel de Carvalho que assim se expressou, reunindo o apoio unânime do órgão técnico ouvido: "A Comissão de Justiça do Senado já se pronunciou sobre a constitucionalidade e o Senhor Aloísio de Castro não declarou a razão por que pediu a audiência desta Comissão. Parece não haver dúvidas no projeto sobre o aspecto constitucional".

#### PARECER

Por consequência dessa exposição, mantenho o meu ponto de vista anterior e aconselho a aprovação do projeto.

Sala Antônio Carlos, 26 de junho de 1952 — *José Bonifácio*.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.665 A  
1952

do Senado

Projeto \_\_\_\_\_ vol. 1

Justiça, 17.6.52 \_\_\_\_\_ vol. 1  
Daniel Lamm  
Am. Titmuss

Trin. am. b 13.11.52 \_\_\_\_\_ vols. 1 e 2  
Lam. Lopez

Rejeitado, e dis. v. am. am. o projeto de

Senado





## SENADO FEDERAL

### PARECERES

Ns. 1.234, 1.235 e 1.236, de 1951

N.º 1.234, de 1951

*Da Comissão de Saúde sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1950.*

Relator: Sr. Azevedo Ribeiro.

O Senador Santos Neves apresentou um projeto que autoriza a Federação a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) a União dos Lavradores de Vala do Sousa, no Estado do Espírito Santo, tendo como finalidade a construção de um Posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural e aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficina de reparos e máquinas agrícolas.

Entre as finalidades, visadas pelo projeto está a criação de um posto de saúde rural, e que por si só, seria suficiente para nos levar a dar parecer favorável ao mesmo, pois entendemos ser a assistência médica ao homem do campo um dos maiores problemas do nosso País.

Além dessa finalidade, altamente louvável objetiva o projeto exercitar outras modalidades de atividade ruralista igualmente dignas de serem atendidas.

Somos, portanto, pela aprovação.

Sala da Comissão de Saúde, em 30 de agosto de 1950. — *Hamilton Nogueira*, Presidente. — *Azevedo Ribeiro*, Relator. — *Flávio Guimarães*.

N.º 1.235, de 1951

*Da Comissão de Trabalho e Previdência Social sobre o projeto de lei do Senado n.º 24, de 1950.*

Relator: Sr. Pereira Pinto.

De autoria do preclaro Senador pelo Espírito Santo, Sr. Jones dos Santos Neves, esse projeto concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Sousa, para construção de um Posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural, e aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficina de reparos e máquinas agrícolas.

Já com pareceres favoráveis das Comissões de Saúde e de Constituição e Justiça, o projeto deve merecer o apoio irrestrito da nossa Comissão, porque visa a dotar um núcleo de trabalho agrícola, constituído num dos distritos rurais do município espiritosantense de Alegre, dos serviços necessários para garantir a saúde de seus habitantes e impulsionar as suas atividades na exploração do solo.

A União dos Lavradores de Vala do Sousa recomenda-se ao auxílio que pleiteia, por se representado plantas do seu Posto de Saúde Rural e do seu Centro Social Rural, organizadas pelos órgãos competentes do Ministério da Agricultura, demonstrando assim propósito de realizar os seus planos à base dos preceitos da técnica.

Os precedentes de auxílios concedidos a outras instituições particula-



res, para os fins mais diversos, justificam bem o que se destina a um importante empreendimento de ordem agrícola, digno de ser amparado pelo poder público, a fim de servir de exemplo e modelo a outros centros de vida rural do país.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1950. — *Marcondes Filho*, Presidente. — *Pereira Pinto*, Relator. — *Pedro Ludovico*. — *Hamilton Nogueira*. — *Fernandes Távora*. — *Francisco Gallotti*, vencido.

N.º 1.236, de 1951

*Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1950.*

Relator: Sr. Plínio Pompeu.

O projeto n.º 24, de 1950, de autoria do nobre ex-Senador Santos Neves concede um auxílio de Cr\$ .... 500.000,00, à União dos Lavradores de Valo do Sousa, no município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para construção de um Posto de Saúde Rural, de um Centro Rural e aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficinas de reparos e máquinas agrícolas.

Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e relatado pelo Senador Atilio Vivacqua opinou a Comissão pela sua constitucionalidade, contra os votos dos Senadores Ferreira de Souza e Aloysio de Carvalho, por considerarem matéria financeira. Aliás, projetos semelhantes são sistematicamente rejeitados pela Câmara dos Deputados, como infragentes ao art. 67 § 2 da Constituição.

Não foi esse, entretanto, o fundamento em que buscou a Comissão de Finanças para negar-lhe a aprovação de vez que sua competência restringiu-se a conveniência e oportunidade do projeto, tendo em vista a política de compressão de despesas adiáveis, para que haja o equilíbrio orçamentário.

Ao chegar o presente projeto a esta Comissão, o seu relator, achou de bom alvitre pedir audiência ao Ministério da Agricultura sobre a conveniência e oportunidade da medida.

O Ministério informou que a "União dos Lavradores de Valo do Sousa" não está registrada no Serviço de Economia Rural e nem poderia sê-lo

pois, no mesmo Município, já existe a Associação Rural de Alegre, organizada e registrada nos termos do Decreto-lei n.º 8.127 e do regulamento baixado com o Decreto n.º 19.882, de 24 de outubro de 1945.

Opina aquele Ministério que auxílios financeiros a tais Associações deve ser precedido de lei que discipline a matéria, pois, no que tange a aquisição de máquinas agrícolas e oficinas de reparos, prevista no projeto, não parece aplicável o Decreto n.º 29.425, citado pela Divisão de Orçamento daquele Ministério.

Anexadas essas informações ao projeto o Sr. Presidente desta Comissão distribuiu-o ao ilustre Senador Magalhães Barata que num brilhante parecer em que justifica a necessidade de maior amparo pelo Governo Federal as associações rurais, conclui pela sua aprovação.

Submetida a discussão numa das últimas sessões desta Comissão, não concordava a maioria de seus membros com o parecer apresentado, entendendo uns que a matéria deveria ser solucionada com uma emenda ao orçamento, outros — que não estando registrada a entidade que pleiteia subvenção no Serviço de Associação Rural do Ministério da Agricultura, por se tratar de serviço distrital e já havendo outra no mesmo município não seria aconselhável mais essa despesa deixando outros municípios sem auxílios.

Submetido o parecer a votos, foi o mesmo rejeitado pela maioria da Comissão de Finanças, o Sr. Presidente designou-me o relator da matéria para redigir o vencido, que o faço pela rejeição do projeto.

Sala Joaquim Murtinho, em 29 de novembro de 1951. — *Ivo d'Aquino*, Presidente. — *Plínio Pompeu*, Relator. — *Costa Paranhos*. — *Alvaro Adolpho*. — *Magalhães Barata*, vencido. — *Mathias Olympio*. — *Carlos Lindenberg*, vencido. — *Ismar de Góes*.

Ministério da Agricultura.

G. M. 1.314.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1951.

Senhor Presidente:

Em referência ao ofício C. F. 28 de 5 do corrente, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª o parecer do Serviço de Economia Rural deste Ministério, sobre o Projeto de Lei



n.º 24, de 1950, em estudo nessa Comissão e que concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Souza.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> os protestos de minha alta estima e distinta consideração. — *João Cleophas.*

Ministério da Agricultura.

E. S. Referência: Processo número 4.008-51.

Informação n.º 150.

Assunto:

Projeto n.º 24-50 do Senado — Concede auxílio de Cr\$ 500.000,00 à "União dos Lavradores de Vala do Souza", Distrito de Vala do Souza, Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, destinado à construção e instalação do seu Posto de Saúde Rural e Centro Social e à aquisição de máquinas agrícolas e oficina de reparos.

Parecer:

A "União dos Lavradores de Vala do Souza" não está registrada neste Serviço como Associação Rural, nem poderia sê-lo pois, no mesmo Município, já existe a Associação Rural de Alegre, organizada e registrada nos termos do Decreto-lei n.º 8.127 e do regulamento baixado com o Decreto n.º 19.882, ambos de 24 de outubro de 1945. A "União" poderia talvez adaptar-se às disposições do art. 5.º do citado regulamento, para constituir-se então "Núcleo" distrital da Associação à qual deveria, se conveniente, ser concedido auxílio financeiro, a exemplo do que vem ocorrendo em relação a outras Associações Rurais.

A concessão de auxílios financeiros a tais Associações deve, a nosso ver, ser precedida de lei que, de modo geral, discipline a matéria, pois, no que tange a aquisição de máquinas agrícolas e oficina de reparo, prevista no projeto, não nos parece aplicável o Decreto n.º 29.425, de 2 de abril de 1951, citado pela Divisão de Orçamento deste Ministério. A propósito de concessão de auxílios financeiros às Associações Rurais, há na Câmara dos Deputados o projeto n.º 311-51, a respeito do qual emitimos parecer no processo S. E. R. 3.484-51, juntando nessa ocasião anteprojeto de substitutivo.

Conclusões:

A vista do exposto, e considerando que a União dos Lavradores de Vala do Souza não é Associação Rural registrada neste Serviço, nem tão pou-

co está sujeita à sua fiscalização, nada podemos dizer da conveniência e oportunidade da concessão do projetado auxílio financeiro.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1951.

— *Ricardo Rochfort Jr.*, Chefe da S. P. E. S.

De acordo. A consideração do Senhor Chefe do Gabinete, 4 de junho de 1951. — *Antônio de Arruda Câmara.*

VOTO do Sr. Magalhães Barata — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1950.

Relator: Sr. Magalhães Barata.

O presente projeto de lei é da autoria do nobre ex-Senador Jones Santos Neves e visa auxiliar a União dos Lavradores de Vala do Souza e construir um posto de saúde rural.

Trata-se como se vê de um caso típico de ajuda do Governo a uma entidade que coopera no programa oficial de amparo às populações rurais.

A justificativa do projeto é esclarecedora quanto à alta significação nos meios rurais da Associação dos Lavradores de Vala do Souza. Diz S. Excia. que a dita "associação representa a força de todos os ruralistas do Distrito de Vala do Souza".

Uma entidade rural que tem tamanha projeção merece ao meu ver ser ajudada.

Pela exposição do autor do projeto, podem se colher elementos que demonstram a alta finalidade desta associação e do empreendimento que se propõe e para o qual se precisa do amparo do Tesouro.

Ouso e leio mil restrições à ajuda oficial a iniciativas parlamentares de previsão de créditos para entidades como esta. Ouso, entretanto, discordar destas restrições não obstante reconhecer as dificuldades financeiras do país.

É que, ao mesmo tempo que se anuncia que há excessos de ajuda oficial às entidades privadas ou associativas do interior, também sem cerimônia se proclama a todos quadrantes que é necessário amparar o homem do interior.

Pode ser que aqui, no Rio de Janeiro, no meio adiantado e rico da capital, nas rodas políticas e administrativas e distinções que podem conciliar a aparente contradição. Na verdade, no interior mesmo, o agricultor desacredita de toda a nossa animosa



defesa dos seus interesses, quando nos vê negando ajuda a propósitos sadios como o em tela.

Afinal, em que consiste o nosso apêlo às populações rurais? Usamos sempre, como justificativa de nosso combate ao preço elevado dos produtos agrícolas, a existência de intermediários desalmados que se aproveitam do trabalho do homem do campo e da bolsa do comprador da cidade, além dos justos limites de uma retribuição de trabalho.

O homem do campo reconhece que está certo o combate ao intermediário, mas não esquece que enquanto o combate não se efetiva com definitiva vitória, o preço baixo do produto agrícola na cidade representa pobreza no campo. Representa miséria no campo. Porque ainda não viu nenhum combate eficaz ao mau intermediário. Acredita, porém, que é possível combatê-lo, desde que a classe se una e que assim unida possa merecer o amparo oficial.

Nos melhoramentos públicos, responderão os representantes dos interesses das cidades populosas. Ou mesmo os ortodoxos defensores de equilíbrio orçamentário. Mas estes melhoramentos públicos, estradas, pontes, aeroporto, ferrovias, correios, telegrafos, hospitais, escolas, etc. estão sendo programados e efetivados em proporções tão exíguas que, somente, muito devagar poderão atingir substancialmente às necessidades do interior.

Impõe-se que a iniciativa privada, e iniciativa local, participe do programa. O próprio governo conclama o espírito associativo dos habitantes do interior para que se fortifiquem os indivíduos nas reivindicações dos seus direitos e na realização dos seus programas.

Sou daqueles que já têm experiência de como é muito mais eficiente, muito mais econômica, muito mais rápida a ação extra-oficial.

De tal maneira estou convencido disto que não duvidaria em dar o meu apoio a um projeto de lei que autorizasse a transferência da maioria das iniciativas do Governo, no setor assistencial, para a esfera da iniciativa privada, mediante ajuda financeira e fiscalização do Poder Público.

No caso em tela, o que vemos é uma população rural operosa e densa, que se une sob a bandeira de uma associação rural para resolver os seus pro-

blemas. Reconhece que não o pode fazer sozinha, apelo por isto para o Poder Público solicitando-lhe ajuda.

Tenho para mim que o Congresso tem o dever de ouvir e atender ao que pede uma associação que se apresenta, escudada nas suas reivindicações, pela excelência do programa que se propõe cumprir, pela viabilidade desse programa, pela sua conveniência e pelo testemunho de um homem público com a clarividência e o tirocínio administrativo do Sr. Jones Santos Neves.

Consultado sobre a oportunidade e conveniência da medida, o Ministério da Agricultura, através do Serviço de Economia Rural, eximiu-se de opinar, por se tratar de associação que não está sujeita à sua fiscalização.

Favoravelmente ao projeto já opinaram as doudas Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho e Previdência Social desta Casa.

Opino por isto em favor do projeto de lei.

Sala Joaquim Murtinho, em 14 de novembro de 1951. — *Magalhães Barata*.

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 24, de 1950

*Concede o auxílio de Cr\$ ..... 500.000,00 à "União dos Lavradores de Vala do Souza" para construção de um Posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural e aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficina de reparo e máquinas agrárias.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a atribuir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) como auxílio à "União dos Lavradores de Vala do Souza", no Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, destinado à construção do seu Posto de Saúde Rural e do seu Centro Social Rural e à sua aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficina de reparos e máquinas agrárias.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### *Justificação*

A "União dos Lavradores de Vala do Souza" representa a força de to-



dos os ruralistas do Distrito de Vala do Souza, no Município de Alegre Estado do Espírito Santo. Os seus objetivos de construção do seu Posto de Saúde Rural e do seu Centro Social Rural, conforme depoimento das autoridades em ofício especial que acompanhou as plantas enviadas pelo Ministério da Agricultura, merecem o melhor apoio porque se trata de criação de um serviço rural exemplar, um dos primeiros nessa iniciativa.

Com esse empreendimento, o lavrador local terá a sua Casa do Lavrador com posto médico dentário, veterinário oficina de reparos, cursos

profissionais ruralistas, condições de mecanização da sua lavoura e de evolução do homem do campo, atualizando-o com a técnica moderna da produção ruralista. Trata-se de iniciativa espontânea de lavradores unidos, cooperados e de legítimos fins ruralistas de notável ideal merecedor de irrestrito apoio.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1950. — Santos Neves.

*Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 1 de junho de 1950; pareceres no D. C. N., de 4 de dezembro de 1951.*





## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 771, de 1950

*Da Comissão de Constituição e  
Justiça, sobre o projeto de Lei  
do Senado n.º 24, de 1950.*

Relator: — Senador Attilio Vi-  
vacqua.

O projeto n.º 24, do Senado, de au-  
teria do nóbre Senador Jones dos  
Santos Neves, visa conceder o auxí-  
lio de Cr\$ 500.000,00 à União de La-  
vradores de Vala da Souza, Espírito  
Santo, para construção de seu Cen-  
tro Social Rural e aquisição dos ma-  
teriais de instalação, oficina de repa-  
ros e máquinas agrárias.

O objetivo do concurso financeiro  
da União está plenamente justifica-  
do pela finalidade econômica e so-  
cial visada pela proposição, finalida-  
de diretamente relacionada com a  
execução dos postulados da política  
ruralista traçada na Constituição Fe-  
deral.

De acôrdo com diversos preceden-  
tes das deliberações do Senado, não  
se trata de iniciativa vedada pelo  
parágrafo 1.º do artigo 67, (última  
parte).

A abertura de crédito constitui, aí,  
acessório da iniciativa fundamental,  
que é a de cooperação do Estado pa-  
ra execução de um empreendimento  
de interesse público.

Ante o exposto a Comissão de Cons-  
tituição e Justiça opina pela consti-  
tucionalidade do projeto.

Sala Ruy Barbosa, em 27 de julho  
de 1950. — Waldemar Pedrosa, Pre-  
sidente. — Attilio Vivacqua, Relator.  
— Vergniaud Wanderley. — Luiz Ti-  
noço. — Joaquim Pires. — Augusto  
Meira. — Alaysio de Carvalho, com

restrições. — *Ferreira de Souza*, ven-  
cido. Ao meu ver, a matéria do pro-  
jeto é financeira (Const. art. 67, §  
2.º).

#### PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 24, de 1950

*Concede o auxílio de Cr\$ . . . .  
500.000,00 à "União dos Lavrado-  
res de Vala da Souza" para cons-  
trução de um Posto de Saúde Ru-  
ral e de um Centro Social Rural e  
aquisição dos respectivos materiais  
de instalação, oficina de reparos  
e máquinas agrárias.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º. É o Poder Executivo au-  
torizado a atribuir, pelo Ministério da  
Agricultura o crédito especial de Cr\$  
500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros),  
como auxílio à "União dos Lavradores  
da Vala da Souza", no Município de  
Alegre, Estado do Espírito Santo, des-  
tinado à construção do seu Posto de  
Saúde Rural e do seu Centro Social  
Rural e à sua aquisição dos respecti-  
vos materiais de instalação, oficina de  
reparos e máquinas agrárias.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor  
na data de sua publicação, revogadas  
as disposições em contrário.

#### *Justificação*

A "União dos Lavradores de Vala  
da Souza" representa a força de to-



dos os ruralistas do Distrito de Vala do Souza, no Município de Alegre, Estado do Espírito Santo. Os seus objetivos de construção do seu Posto de Saúde Rural e do seu Centro Social Rural, conforme depoimento das autoridades em ofício especial que acom-nistério da Agricultura, merecem o pa, vhou as plantas enviadas pelo Mi-melhor apoio porque se trata de cria-ção de um serviço rural exemplar, um dos primeiros nessa iniciativa.

Com esse empreendimento, o lavra-dor local terá a sua Casa do Lavra-dor, com posto médico dentárii, ve-terinário, oficina de reparos, cursos

profissionais ruralistas, condições de mecanização da sua lavoura e de evo-lução do homem do campo, atualizan-do-o com a técnica moderna da pro-dução ruralista. Trata-se de iniciati-va espontânea de lavradores unidos, cooperados e de legítimos fiis rura-listas de notável ideal merecedor de irrestrito apoio.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1950. — Santos Neves.

*Projeto publicado no "Diário do Congresso Nacional", de 1 de junho de 1950; parecer no D. C. N. de 2 de de agosto de 1950.*

Lote: 29  
Caixa: 80  
PL N° 1665/1952  
8





## SENADO FEDERAL

### PARECER

N.º 10, de 1952

Da Comissão de Redução de Leis

*Redação final do projeto de lei do Senado n.º 24, de 1950.*

Relator: Sr. Antônio Bayma.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do projeto de lei número 24, de 1950, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação de Leis, 24 de janeiro de 1952. — *Clodomir Cardoso*, Presidente. — *Antônio Bayma*, Relator. — *João Villasbôas*. — *Costa Pereira*.

ANEXO AO PARECER N.º 10, DE 1952

*Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1950.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agri-

cultura um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), concedido como auxílio a União dos Lavradores de Vala do Sousa, no Distrito de Vala do Sousa, do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para a construção de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, bem como para a aquisição de materiais destinados à instalação das respectivas sedes, de uma oficina de reparos, e de máquinas agrárias.

Art. 2.º Esta lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Parecer publicado no "Diário do Congresso Nacional" de 29 de janeiro de 1952.*



*Rep. Cassial Barros*

*Grays 1665/52*

## MEMORIAL

— DA —

# UNIÃO DOS LAVRADORES DE VALA DO SOUZA

FUNDADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1948

---

Estatuto Protocolado no Cartorio do Registro de  
Títulos e documentos da Comarca de Alegre-E.  
E. Santo - Sob o N. 2606 de ordem, á Fls. 83v-L.<sup>o</sup>  
A-3 Transcrito Sob o N. 2530 de ordem, á Fls. 83v,  
L.<sup>o</sup> B5-Registro Integral.

---

VALA DO SOUZA  
E. E. Santo



# A UNIÃO DOS LAVRADORES DE VALA DO SOUZA

**MANTEM OS SEGUINTE DEPARTAMENTOS INTEIRAMENTE GRATIS :**

**DEPARTAMENTOS:** — Médico, Jurídico, Agrícola e recreativo (com filmes sobre a agricultura e saúde - todo primeiro domingo do mês). Informações com o Consulado Americano, com sede em Vitória - E.S.

De 4 a 11 de Novembro de 1951 foi promovida sob o patrocínio desta sociedade, a 1.<sup>a</sup> SEMANA RURALISTA, de comum acordo com o Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.





# MEMORIAL

Pela política de auxílio rural á «União dos Lavradores de Vala do Souza», em Vala do Souza, Estado do Espírito Santo.

---

Projeto do Senado Federal, n. 24, de 1950, de autoria do nobre Senador Santos Neves, atual Governador do Estado do Espírito Santo. Aprovado na Sessão do Senado Federal, de 22-1-1952, em última discussão, concedendo á «União dos Lavradores de Vala do Souza» Cr\$ 500.000,00 para construção do seu Centro Social Rural e do seu Pôsto de Saúde Rural, naquele Distrito de Vala do Souza, Município de Alegre.

Os lavradores unidos de Vala do Souza, que de há muito se preocupavam com a ordem econômica e social de sua lavoura dependente dos meios técnicos inacessíveis á capacidade aquisitiva do homem rural isoladamente, receberam alegremente os arts. 145 e segs. do Título V da Constituição Federal de 1946, e, nessa busca da existência digna daquele sacramento constitucional, fundaram, em 15 de fevereiro-de 1948, a sua «União dos Lavradores de Vala do Souza», cujos



Estatutos, caracterizando uma pessoa jurídica de direito privado (Cod. Civ., art. 13), sociedade civil, qualificada como **associação rural** de utilidade pública, de fim não econômico, conforme dispõe a nossa lei civil (Cod. Civ. art. 16, n. I), assim definida pelo nosso Código Civil (Clovis Bevilacqua, Cod. Civ. Com., ed. 1936, pag. 212), foram inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas local (Cartório da Comarca de Alegre,) começando, por isso, a sua existência legal, em 13-9-1948, quando se deu a transcrição integral no L.<sup>o</sup> B-5, Fs. 83v. (Cod. Civ. art. 18 e Dec. 4857, de 9-11-939, dos Registros Públicos, art. 122 e segs.).

A «União dos Lavradores de Vala do Souza» é pessoa jurídica, pessoa no sentido jurídico, criação social personalizada para mais fácil realização dos fins jurídicos, á qual se atribuem direitos e obrigações, sujeito de direitos que não se confunde com seus lavradores (Cl. Bev. Cód. Civ. Com.). Tem personalidade jurídica que é a aptidão, reconhecida pela ordem jurídica, para exercer direitos e contrair obrigações. Apresenta-se, pois, com perfeita personalidade jurídica, conferida pelo Código Civil Brasileiro.

Não se pode por em dúvida a personalidade jurídica da «União dos Lavradores de Vala do Souza» (v. Estatutos, Certidão do registro integral e mais documentos juntos ao Projeto n. 24-950).

A Lei Estadual, n. 338, de 22-11-1950, e a Lei Municipal, n. 75, de 26-12-1950, reconheceram a «União dos Lavradores de Vala do Souza», **de utilidade pública** (v. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, de 23-11-950, e O Alegreense, de 21-1-951, juntos ao Projeto n. 24-1950).

É, pois, a «União dos Lavradores de Vala do Souza» uma associação civil de lavradores, **reconhecida de utilidade pública** por ato dos Governos Estadual espírito-santense e Municipal alegreense locais.

A «União dos Lavradore de Vala do Souza» é **proprietária de terrenos** registrada no Registro de Imóveis local, L. 3AG, Fs. 43 e 102 e no **Registro de Lavradores** e Criadores do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura sob n. 62.405, L.m 46, Fl. 81.

A **primeira** Semana Ruralista, no Estado do Espírito Santo, foi realizada, de 4 a 11 de novembro de 1951, **sob o patrocínio da «União dos Lavradores** de Vala do Souza», pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura.

A »União dos Lavradores de Vala do Souza mantém seu Posto de Saúde Rural, mediante recursos próprios, com médico para assis



tência médica aos lavradores, inteiramente gratis, desde 1950, e está com a planta para construção do predio especial, fornecida pelo Ministério da Agricultura que ouviu o Ministério da Educação sobre a confecção. O Centro Social Rural funciona, desde 1948, com filmes educativos, com aulas de técnica rural ministradas por técnicos daquela região, tendo sido a planta do respectivo prédio especial fornecida pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, encontrando-se os alicerces de 351m3.600 já prontos e encostados na obra 80.000 tijolos. Os dois prédios, assim orientados pelo Ministério da Agricultura, estão sendo edificadas em terreno de propriedade da «União dos Lavradores de Vala do Souza». O Posto de Saúde e o Centro Social edificandos servirão de **padrão para outros do Brasil**, conforme explicou o Ministério da Agricultura, no ofício que acompanhou as plantas.

As associações civis de lavradores são vistas de dois modos pelo Ministério da Agricultura:

- 1) como associações rurais das Comarcas que, na técnica ministerial, devem ser compostas somente de proprietários, arrendatários e parceiros, com área sobre todo o município, não sendo clara a possibilidade de admissão dos enxadeiros, diaristas, mensalistas, campeiros, empregados e outros trabalhadores dos campos;
- 2) como **centros sociais rurais**, onde são admitidos todos os trabalhadores e homens dos campos indiscriminadamente, com área facultativa.

Essa classificação especial do Ministério da Agricultura, qualificando as associações rurais e criadas na forma do Código Civil em a) associações rurais ministeriais de regime de lei especial, e em b) centros sociais, — não influe, nem perturba, a personalidade jurídica da «União dos Lavradores de Vala do Souza». Entretanto, tendo em vista a classificação ministerial, nem por isso, o Ministério da Agricultura pode desconhecer a existência da «União dos Lavradores de Vala do Souza», porque o Ministerio, obra de ofício, encontra a «União dos Lavradores» com seus Estatutos inscritos num registro publico regulado por Lei da Republica, tendo a mesma expressão de associação rural como a Sociedade Rural de S. Paulo que, sem ser associação rural ministerial de Comarca, apresenta-se respeitavel e acatada como órgão consultivo de assuntos rurais, de todos os Governos, dos meios políticos da Nação e dos meios rurais do Brasil e vem realizando com êxito o grande Congresso Rural de S. Paulo.

Por isso, como muito bem explicou o Dr. Roberval Pompílio No-



gueira Cardoso, técnico de Educação Rural da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, está a «União dos Lavradores de Vala do Souza» enquadrada, na técnica ministerial, como Centro Social Rural, e, nesse sentido, vem orientando os lavradores de Vala do Souza, em toda a atividade rural da «União dos Lavradores de Vala do Souza» que sempre lhe é agra-decida.

É, pois, a «União dos Lavradores de Vala do Souza» uma associação rural civil de lavradores que o Ministério da Agricultura denomina e reconhece como Centro Social Rural, nos ensinamentos e na doutrina (v. Centros Sociais Rurais, Serie Educação Rural, Publicação n. 2, 1948, **edição oficial** do Ministério da Agricultura, Sup. do Ens. Agr. e Vet., de Roberval Pompílio Nogueira Cardoso, obra de grande valor).

E, como Centro Social Rural, deve ser a «União dos Lavradores de Vala do Souza» registrada no Ministério da Agricultura, registro que já foi pedido, pois, como Centro Social Rural, poderá, na técnica ministerial, proteger todos os lavradores indiscriminadamente, dando força aos Distritos Rurais, célula primária, educando o homem do campo, firmando dignamente a gente dos Distritos e respeitando o Código Civil para dar conformidade ministerial às associações rurais distritais que devem ser conhecidas do Ministério da Agricultura. Ponto irrelevante é a ausência do serviço do registro que pode ser criado provisoriamente na Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, abrindo campo de ação real para os missionários da lavoura.

A «União dos Lavradores de Vala do Souza» está registrada no Serviço de Estatística do **Departamento Nacional da Criança** para que seja protegida a criança da lavoura.

Também, a referida União dos Lavradores já pediu o registro ao Sr. Presidente do **Conselho Nacional de Serviço Social** do Ministério da Educação, para os benefícios.

O funcionamento de um Centro Social Rural exige certa maquinaria especializada como equipamento radiofonico-receptor, equipamento cinematográfico-projetor, equipamento fonográfico, equipamento da discoteca, equipamento da biblioteca, equipamento da cosinha, equipamento do museu, equipamento médico, material para curativos, medicamento de urgência e outras máquinas especializadas que não são as máquinas pesadas de lavratura dos campos e das estradas. São máquinas especializadas de Centros Sociais não previstas em nenhuma seção ministerial de maquinaria.

Foi, nesse sentido, que o Projeto n. 24-1950 pediu Cr\$ 500.000,00



como pequeno auxílio á política de valorização ao trabalho do lavrador, nas palavras do Sacramento constitucional, auxílio que se destina ao primeiro ensaio nacional da matéria, auxílio que não corresponde á quarta parte do mínimo necessário.

Assim, deverá ser entendido o auxílio que se pede, da quantia de Cr\$ 500.000,00 para a «União dos Lavradores de Vala do Souza» construir o primeiro Centro Social Rural com o Posto de Saúde Rural, devidamente equipado com a aquisição dos respectivos materiais de instalação, oficina de reparos e máquinas agrárias de Centro Social Rural e de Posto de Saúde Rural.

A quantia do auxilio é insignificante.

Auxílios semelhantes e maiores têm sido concedidos á associações religiosas, esportivas e recreativas, a clubes de futebol, a congressos, comissões, a estabelecimentos de ensino a policlinicas particulares, a sociedade scarnavalescas, a sociedades particulares de fins lucrativos.

Não deve ser negado tão pequenos auxílios que é primeiro marco da politica rural do levantamento da produção nacional e barateamento da vida, estabelecendo, simultaneamente, as condições sociais e hospitalares para fixação do homem do campo e do trabalhador rural, atraindo, conseqüentemente, para o campo, os deslocados e «favelados» da cidade, cujo custeio, evidentemente, é carissimo aos cofres publicos e a saúde publica. A Nação não pode exigir, nem permitir, que os trabalhadores do campo vivam em «barracos» piores do que os das «favelas» das cidades, sobrecarregando êsses desgraçados dos campos com a ausência de pobres postos de saúde rural e de centros sociais rurais. Por isso, os lavradores unidos de Vala do Souza suplicam ao Congresso Nacional o favor que excede á sua capacidade financeira.

A «União dos Lavradores de Vala do Souza» confia na legitima politica de auxilio rural, do Congresso Nacional!



Lote: 29

Caixa: 80

PL N° 1665/1952

15

**TIPOGRAFIA SÃO JOSÉ**

PRAÇA 6 DE JANEIRO  
ALEGRE - E. E. SANTO



Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1952

Nº 02251

Senhor Secretário :

Comunico a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento do Senado, que a Câmara dos Deputados, em sessão de 21 de corrente, resolveu não dar seu assentimento ao Projeto de lei nº 1665-A-1952, que concede auxílio de \$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala de Souza, para construção e instalação de um posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural, oriundo dessa Casa do Congresso Nacional.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

---

RUY ALMEIDA

Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador Etelvino Lins,  
Primeiro Secretário do Senado Federal.

CV/AC





Parecer da Comissão de

Constituição e Justiça

Projeto nº 1.665, de 1951, do Senado, concedendo auxílio de Crs. 500.000,00, à União dos Lavradores de Vala do Souza.

Relator - Daniel de Carvalho

O projeto nº 1.665, de 1951, originário do Senado, concede o auxílio de Crs. 500.000,00 a União dos Lavradores de Vala do Souza para construção e instalação de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural e aquisições necessárias a êsse fim.

A Comissão de Justiça do Senado já se pronunciou sobre a constitucionalidade e o Sr. Aluizio de Castro não declarou a razão porque pediu a audiência desta Comissão.

Parece não haver dúvidas no projeto sobre o aspecto constitucional.

Sala Aranio de Mello Franco, 17 de Junho de 1952

Castilhos Cabral

Castilhos Cabral, Presidente

Daniel de Carvalho

Daniel de Carvalho, Relator

Iarso Dutra

Iarso Dutra

Godoy Ilha

Godoy Ilha

Garbas Maranhão

Garbas Maranhão

Plácido Olympio

Plácido Olympio

Alberto Bottino

Alberto Bottino

Achilles Mincasoma

Achilles Mincasoma

Antonio Balbino

Antonio Balbino

Lancudo Neves

Lancudo Neves

Lucio Bittencourt

Lucio Bittencourt

Ulisses Guimarães

Ulisses Guimarães





245

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças opina  
pela rejeição do Projeto Nº 1.665, de 1952.

Sala Antonio Carlos, em 13 de novembro de 1952

, Presidente

, Relator

PAULO SARASATE  
LAURO LOPES  
PARSIFAL BARROSO

JANDUHY CARNEIRO  
CARLOS LUZ

LAMEIRA BITTENCOURT  
FREITAS CAVALCANTI  
ALVARO CASTELOVENCIDO

RUI RAMOS  
RAFAEL CINCURA

*Paulo Sarate*

*Lauro Lopes*

*Parsifal Barroso*

*Janduhy Carneiro*

*Carlos Luz*

*Lameira Bittencourt*

*Freitas Cavale*

*Alvaro Castello Vencido*

*Rui Ramos*

*Raphael Cincura*





044  
Relatório da Comissão de Finanças

R E L A T Ó R I O

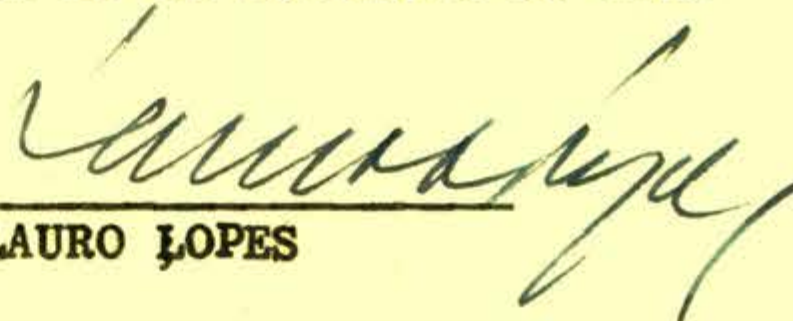
Projeto Nº 1.665/52  
Relator do vencido:  
Deputado Lauro Lopes

A Comissão de Finanças

tem incondicionalmente decidido que a concessão de auxílios a instituições particulares constitui matéria a ser apreciada por ocasião da elaboração orçamentária, com os recursos que a Lei de Auxílios, votada recentemente pelo Congresso Nacional, faculta, não sendo aconselhável a abertura de créditos especiais com tal finalidade.

Nessa conformidade opina pela rejeição do Projeto em estudo, oriundo do Senado Federal.

Sala Antonio Carlos, em 13 de novembro de 1952

  
LAURO LOPES

RELATOR DO VENCIDO





Nota vencida do Sr. José Bonifácio

246

RELATÓRIO

O projeto nº 1 665 que concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Sousa, procede do Senado, onde teve origem,

Em abril do corrente ano, foi êle distribuído a mim. Depois de estudar o assunto, emiti parecer no sentido de ser o mesmo aprovado.

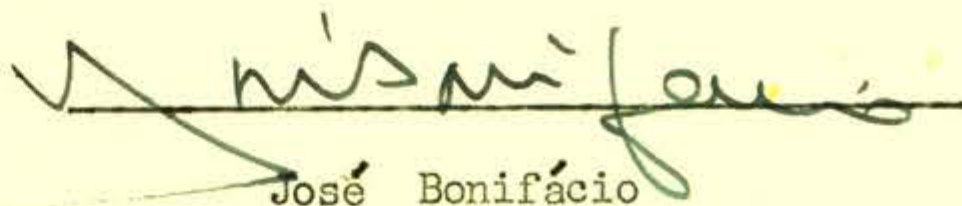
O nobre deputado Aloísio de Castro, entretanto, entendeu que o projeto é inconstitucional, de vez que o Senado não pode ter a iniciativa de proposições que importem em despesas. Ficou então deliberado que o processado fosse remetido à Comissão de Justiça para ser apreciado sob o aspecto jurídico.

Na Comissão de Justiça relatou a matéria o douto deputado Daniel de Carvalho que assim se expressou, reunindo o apoio unânime do órgão técnico ouvido: "A Comissão de Justiça do Senado já se pronunciou sobre a constitucionalidade e o Sr. Aloísio de Castro não declarou a razão por que pediu a audiência desta Comissão. Parece não haver dúvidas no projeto sobre o aspecto constitucional".

PARECER

Por consequência dessa exposição, mantenho o meu ponto de vista anterior e aconselho a aprovação do projeto.

Sala Antônio Carlos, 26 de junho de 1952.

  
José Bonifácio

JAG.





A União de Fisco  
12.2.52  
Gurgel Amaral

145

7 de fevereiro de 1950

Excelentíssimo Senhor Deputado Gurgel do Amaral

Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Diretoria dos Serviços Legislativos
FEV 12 1952
PROTOCOLO GERAL
N.º 0379

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o incluso autógrafo do projeto de lei do Senado que concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Sousa para a construção e instalação de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, e aquisições necessárias a esse fim.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

Welfarismo Henrique



Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) à União dos Lavradores de Vala do Sousa para a construção e instalação de um Pôsto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, e aquisições necessárias a êsse fim.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de ----- Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), concedido como auxílio à União dos Lavradores de Vala do Sousa, no Distrito de Vala do Sousa, do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para a construção de um Pôsto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, bem como para a aquisição de materiais destinados à instalação das respectivas sedes, de uma oficina de reparos, e de máquinas agrárias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 7 de fevereiro de 1952

*Jan. 7. 1952*  
*Mespariano Bunting*  
*7 ministro Wopner?*





## RELATÓRIO

O Senado Federal aprovou o projeto nº 1.665 de 1951, autorizando a concessão do auxílio de R\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vala do Souza, no Estado do Espírito Santo.

Trata-se de sociedade de agricultores, reconhecida de utilidade pública, devidamente registrada no Ministério da Agricultura, pois é proprietária de terrenos e tem objetivos agrícola e de assistência social.

Essa associação, segundo os impressos constantes do processado, mantém um Posto de <sup>Saúde</sup> ~~Saúde~~ Rural e um Centro Social, ambos com reais serviços à zona que servem.

O auxílio se destina a construção da sede própria e de melhor aparelhar a organização.

## PARECER

Sou de parecer que se aprove <sup>projeto</sup> ~~emenda~~ do Senado, de vez que reputo de grande utilidade a União dos Lavradores de Vala do Souza, atendendo-se a que os auxílios orçamentários são todos especificados e na relação deles não consta o desta Sociedade.

Sala Antônio Carlos, em 22 de abril de 1952.

\_\_\_\_\_, Presidente.

José Bonifácio, Relator.  
JOSÉ BONIFÁCIO

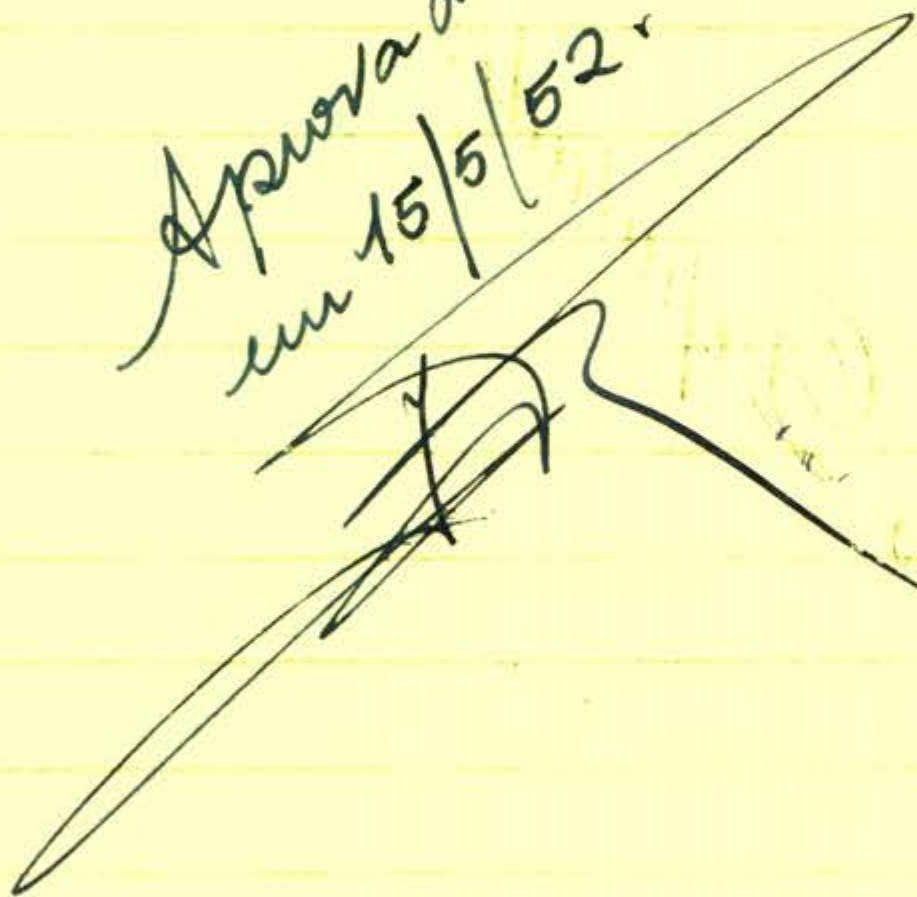


## Requerimento

Requeiro audiência da Co-  
missão de Constituição e Justiça  
para o Projeto nº 1.665, de 1952  
Sala "Antônio Carlos" 15/5/52

Alvaro de Castro

Aprovado  
em 15/5/52.







Ofício nº 27

Em, 15 de maio de 1952.

*Referido  
19-V-52*

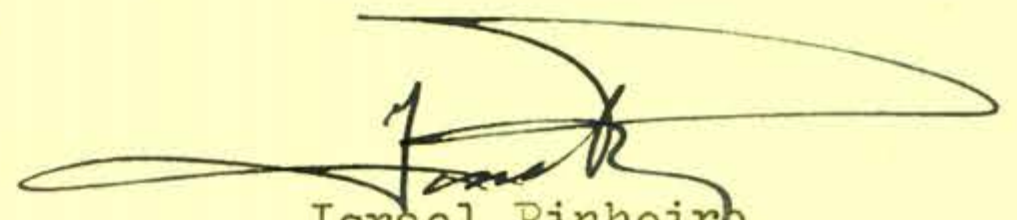
Do Senhor Presidente da  
Comissão de Finanças  
A Sua Exa. o Senhor Pre-  
sidente da Câmara.

Assunto: audiência de Comissão.

Senhor Presidente:

Nos termos do requerimento do Senhor Aloisio de Castro, aprovado em reunião de 15 do corrente, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência se digne de tomar as necessárias providências a fim de que a Comissão de Constituição e Justiça se manifeste a respeito do Projeto nº 1 665, de 1952, que concede auxílio de R\$ 500.000,00 à União dos Lavradores de Vale do Souza.

Aproveito o ensejo para renovar a V.Exa. os protestos de minha elevada estima e consideração.

  
Israel Pinheiro  
Presidente





## Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

( Do Senado )

Protocolo n.º

Concede auxílio de R\$ 540.000,00, à União dos Lavradores de Vela do Souza, para construção e instalação de um Posto de Saúde e de um Centro Social Rural.

DESPACHO:

em de 19

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. , em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO Nº 1665 DE 19

52



# SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Lote: 29  
Caixa: 80

PL N.º 1665/1952

26



CÂMARA DOS DEPUTADOS



A IMPRIMIR

Em

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

nº 1665- 1952

Concede o auxílio de Cr\$ 500.000,00, à União dos Lavradores de Vala do Sousa, para construção e instalação de um Posto de Saúde Rural e de um Centro Social Rural.

( Do Senado )

( À Comissão de Finanças )

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de Cr\$.. 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), concedido como auxílio à União dos Lavradores de Vala do Sousa, no Distrito de Vala do Sousa, do Município de Alegre, Estado do Espírito Santo, para a construção de um Posto de Saúde Rural e um Centro Social Rural, bem como para a aquisição de materiais destinados à instalação das respectivas sedes, de uma oficina de reparos, e de máquinas agrárias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 7 de fevereiro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

VESPASIANO MARTINS

HAMILTON NOGUEIRA

T/S.



# OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:



## OBSERVAÇÕES

Dist. 18-2-52 md

Aud. Com. 15-5-52 md

Dist. 23-6-52 md

Rel 13-11-52 md

DOCUMENTOS ANEXADOS: